

## Vice-Presidência do Governo Regional

### Anúncio n.º 345/2023 de 20 de julho de 2023

---

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (\*)

Vice-Presidência do Governo Regional

Serviço/órgão/pessoa de contato

Endereço (\*)

Palácio dos Capitães Gerais – Largo Prior do Crato

Código postal (\*)

9700-157

Localidade (\*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

295 402 300

Fax (00351)

Endereço eletrónico (\*)

vice-presidencia@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (\*)

Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança no Bairro Nascer do Sol, e antiga Escola (Americana) T-234, sito às Amoreiras, Praia da Vitória – Ilha Terceira - Açores.

Descrição sucinta do objeto do contrato

Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança no Bairro Nascer do Sol, e antiga Escola (Americana) T-234, sito às Amoreiras, Praia da Vitória – Ilha Terceira - Açores.

Tipo de contrato

Aquisição de serviços (\*). Caso seja “Outro”, indique qual:

Classificação CPV (1) (\*)

79714000-2

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (\*) Não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (\*) - Com uma entidade

Prazo de vigência (\*):

- até: [Clique aqui para introduzir uma data.](#)

ou - por: [Clique aqui para introduzir texto. meses](#) ou [Clique aqui para introduzir texto. anos](#)

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (\*) Não

É utilizado um leilão eletrónico? (\*) Não

É adotada uma fase de negociação? (\*) Não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas?

(\*) Não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (\*) Não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (\*) Não

5 - Divisão em lotes (\*) Não

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (\*)

Clique aqui para introduzir texto.

Designação do lote (\*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (\*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (\*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (\*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Açores

Concelho:

Praia da Vitória – Ilha Terceira

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (\*):

Clique aqui para introduzir texto. dias ou 28 meses

8 - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação: a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA; b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações: i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP; ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP; c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva; d) Certidão do registo comercial em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência

que se encontrem em efetividade de funções; e) Fotocópia do alvará comprovativo da autorização para a realização dos serviços referentes à atividade de segurança; f) Habilitação profissional dos vigilantes emitida nos termos da legislação em vigor; g) Lista de recursos humanos a afetar à prestação de serviços; h) Fotocópia das apólices de seguros de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho. 2. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto. 3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito. 4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada. 5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa. 6. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros. 7. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP. 8. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento do adjudicatário na modalidade indicada no artigo 16.º do Programa de Concurso. 9. No caso previsto no número anterior, o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (\*) Não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (\*)

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (\*)

DRH – Divisão de Habitação da Ilha Terceira

Endereço desse serviço (\*)

Rua dos Italianos, nº10

Código postal (\*)

9700-099

Localidade (\*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

295 204 300

Fax (00351)

Endereço eletrónico (\*)

drh-shterceira@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (\*)

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: acinGov (www.acingov.pt).

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Gratuito

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (\*):

Até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (\*):

180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (\*)

Mais baixo preço

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (\*)

Clique ou toque aqui para introduzir texto.

14 - Dispensa de prestação de caução Não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (\*)

Vice-Presidência do Governo Regional

Endereço (\*)

Palácio dos Capitães Generais

Código postal (\*)

9700-157

Localidade (\*)

Angra do Heroísmo

Telefone (00351)

295 402 300

Fax (00351)

Endereço eletrónico (\*)

vice-presidencia@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

5 dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (\*)

19-07-2023

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? Sim (\*)

No Jornal Oficial da União Europeia? Sim (\*)

18 - Outras informações

Preço base: € 232.400,00 (duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos euros)

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (\*) Artur Manuel Leal de Lima

Cargo ou função (\*) Vice-Presidente do Governo Regional